

Setembro 2011

Relatório 9 – Matriz de Risco - GRU



Sumário

1. Introdução..... 4

2. Divisão de riscos..... 6



Capítulo 1

Introdução

1. INTRODUÇÃO

Após a decisão de realizar a concessão dos Aeroportos Internacionais de Brasília, Campinas e Guarulhos, foi necessária uma previsão contratual detalhada sobre os riscos atribuídos ao Poder Concedente e ao Concessionário, conforme o capítulo V do Anexo 25 do Edital, referente à Minuta do Contrato.

Nesse sentido, a partir de uma avaliação dos riscos envolvidos na concessão da ampliação, manutenção e exploração dos 3 (três) aeroportos foi elaborado um capítulo do Contrato de Concessão que trata da atribuição dos riscos, conforme a capacidade que cada Parte possui para assumi-los.

Os riscos tratados no capítulo abaixo transcrito são os seguintes:

- (i) Riscos do Projeto de Engenharia;
- (ii) Riscos de Construção;
- (iii) Risco de Performance;
- (iv) Riscos Operacionais;
- (v) Risco de Demanda;
- (vi) Riscos ambientais;
- (vii) Risco de passivos.

Importante ressaltar que os riscos de término antecipado foram mitigados por cláusulas específicas previstas no Contrato de Concessão, especialmente tratando sobre os temas de anulação, encampação e caducidade.



Capítulo 2

Divisão de Riscos

2. DIVISÃO DE RISCOS

Os riscos decorrentes da execução da Concessão serão alocados ao Poder Concedente e à Concessionária, consoante as seguintes disposições.

Seção I - Dos Riscos do Poder Concedente

Constituem riscos suportados exclusivamente pelo Poder Concedente, que poderão ensejar Revisão Extraordinária:

- mudanças no Projeto Básico por solicitação da ANAC ou de outras entidades públicas, salvo se tais mudanças decorrerem da não-conformidade do Projeto Básico com a legislação em vigor ou com as informações contidas no PEA;
- mudanças nas especificações dos serviços em decorrência de novas exigências de procedimentos de segurança por solicitação da ANAC ou decorrentes de nova legislação ou regulamentação públicas brasileiras;
- restrição operacional decorrente de decisão ou omissão de entes públicos, exceto se decorrente de fato imputável à Concessionária;
- atrasos na liberação do acesso ao local das obras ou impossibilidade de imissão na posse por fatos não imputáveis à Concessionária e que gerem prejuízos a ela;
- criação de benefícios tarifários pelo Poder Público;
- criação ou extinção de Tarifas Aeroportuárias
- mudança na legislação tributária que aumente custos da obra, custos operacionais ou custos de manutenção de equipamentos, exceto as mudanças nos Impostos sobre a Renda;

- ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito, exceto quando a sua cobertura seja aceita por instituições seguradoras, no mercado brasileiro, na data da ocorrência;
- existência de sítios ou bens arqueológicos na área do Aeroporto, assim como os custos decorrentes de tal evento;
- os decorrentes de obrigações assumidas pelo Poder Concedente;
- atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões de órgãos da Administração Pública Federal exigidas para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato imputável à Concessionária;
- custos relacionados aos passivos trabalhistas, fiscais, previdenciários, cíveis e outros que decorram de atos ou fatos anteriores à Data de Eficácia do Contrato, ou à data de transferência do contrato de trabalho, tenham sido eles ou não objeto de reclamação judicial; e
- custos relacionados aos passivos ambientais que não tenham origem e não sejam conhecidos anteriormente à data de publicação do edital do leilão da concessão.

Salvo os riscos expressamente alocados ao Poder Concedente no Contrato, a Concessionária é exclusiva e integralmente responsável por todos os demais riscos relacionados à Concessão.

Seção II - Dos Riscos da Concessionária

Constituem riscos suportados exclusivamente pela Concessionária:

- aumentos de preço nos insumos para a execução das obras, salvo aqueles que decorram diretamente de mudanças tributárias;
- investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

- não efetivação da demanda projetada ou sua redução por qualquer motivo, inclusive se decorrer da implantação de novas infraestruturas aeroportuárias dentro ou fora da área de influência do Aeroporto, com exceção apenas da restrição operacional;
- estimativa incorreta do custo dos investimentos a serem realizados pela Concessionária;
- investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para o atendimento do PEA ou de quaisquer das obrigações contratuais e dos parâmetros mínimos de dimensionamento e de qualidade na prestação do serviço previstos no Contrato;
- estimativa incorreta do cronograma de execução dos investimentos;
- prejuízos decorrentes de falha na segurança no local de realização das obras;
- situação geológica do Aeroporto diferente da prevista para a execução das obras;
- aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;
- variação das taxas de câmbio;
- variação da demanda pelos serviços prestados no Aeroporto;
- inadimplência dos Usuários pelo pagamento das Tarifas;
- prejuízos a terceiros, causados direta ou indiretamente pela Concessionária ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, em decorrência de obras ou da prestação dos Serviços;
- prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazer parte ou a totalidade das obras;

- atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões da Administração Pública federal exigidas para construção ou operação das novas instalações, exceto se decorrente de fato não imputável à Concessionária;
- mudanças dos projetos apresentados pela Concessionária que não tenham sido solicitadas pela ANAC;
- mudanças tecnológicas implantadas pela Concessionária e que não tenham sido solicitadas pela ANAC;
- greves realizadas por empregados contratados pela Concessionária ou pelas Subcontratadas e prestadoras de serviços à Concessionária;
- custos de ações judiciais de terceiros contra a Concessionária ou Subcontratadas decorrentes da execução da Concessão, salvo se por fato imputável ao Poder Concedente;
- responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais, salvo aqueles decorrentes diretamente das obras realizadas pelo Poder Concedente;
- ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito quando a sua cobertura seja aceita por instituições seguradoras, no mercado brasileiro;
- custos de eventual rescisão dos contratos celebrados que envolvam a cessão de espaços no Complexo Aeroportuário que estejam em vigor na Data de Eficácia do Contrato;
- quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto da Concessão, que não estejam expressamente previstos como risco do Poder Concedente.

A Concessionária não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente ao Poder Concedente, em especial, a não realização da demanda projetada pela Concessionária, venham a se materializar.